

Percepção dos Alunos a respeito da Inclusão de Tecnologias Digitais no Ensino Público

Mauri Leodir Löbler
Universidade Federal de Santa Maria
mlobler@gmail.com

Diego Pretto
Universidade Federal de Santa Maria
diego_pretto@yahoo.com.br

Larissa Medianeira Bolzan
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
larissambolzan@gmail.com

Resumo

Esta investigação mostra o julgamento de alunos, regularmente matriculados em escolas públicas, acerca da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no apoio da aprendizagem. A pesquisa, de caráter exploratório, foi realizada com 83 jovens, de 14 a 20 anos, que além de matriculados em escola pública participavam de um curso de educação profissional e tecnológica promovido por um Programa do Governo Federal. Para análises dos dados coletados foram utilizados métodos estatísticos. A análise dos resultados permite considerar que a iniciativa de interação entre as TIC e os alunos em escolas públicas é positiva, na visão dos alunos. No entanto, cabe destacar que os alunos pesquisados evidenciaram alguns problemas, apontando que esses limitam a interação, por consequência, inibem ou comprometem o aprendizado proposto.

Palavras-chave: inclusão digital. tecnologias de informação e comunicação. tecnologias digitais no ensino.

Students' Perception Regarding Digital Technologies Inclusion in Public Education

Abstract

This investigation shows the judgement from students', which are regularly enrolled in public schools, regarding Information and Communication Technologies (ICTs) utilization to support learning. The exploratory research was conducted with 83 young people from 14 to 20 years old, who besides enrolled in public school participated in a vocational and technical education program sponsored by the Federal Government. Statistical methods were used for collected data analysis. Results analysis allow to consider that the interaction initiative between ICTs and students in public schools is positive, taking into account students' perspective. However, it is noteworthy that the surveyed students pointed out some issues, emphasizing that those problems limit interaction, which consequently inhibit or jeopardize the proposed learning.

Key-words: digital inclusion. information and communication technologies. digital technologies on education.

Introdução

No século XXI está ocorrendo a mais fantástica revolução histórica da humanidade, centrada no desenvolvimento da ciência e da tecnologia (MURARO, 2009), nesse período pode ser observada rápida evolução e rápida disseminação de novas tecnologias. Essa velocidade de disseminação, no entanto, não apresentam somente consequências positivas para sociedade, pois, apresenta relação muito tênue com aos diferentes estágios de desenvolvimento global e têm como consequências expressões de avanços e limites da questão social. Para Gimenes (2008), os avanços tecnológicos vividos e consentidos conduzem a humanidade à persistência e ao alargamento de defasagens dentro das nações, tanto em países periféricos quanto centrais. Nesse sentido, Moraes *et al.* (2009) e Ferro *et al.* (2011) corroboram afirmando que o processo de inclusão digital é o caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido, Menezes (2006) e Ribeiro, Castro e Regattieri (2007) observaram a importância e a necessidade de integração das tecnologias digitais ao trabalho escolar. Para Menezes (2006), a educação apresenta a tendência de abandonar a preparação apenas técnica dos alunos (prática instrucionista), voltando-se a formação de alunos com valores, criatividade e autonomia (abordagem construtivista), destacando que os avanços tecnológicos e seu impacto no desenvolvimento humano afetam o modo de ensinar e aprender o mundo, ocorrendo assim uma (re)significação das práticas educativas. A utilização de tecnologias digitais na educação deve ser tratada como uma importante ferramenta de aprendizagem e também como desafio para os alunos (MENEZES, 2006). Passerino (2011) enfatiza que as ferramentas digitais apresentam-se fortemente vinculada às promessas de melhorias quantitativas e qualitativas no processo educativo, chegando ao espaço educativo através da instalação de computadores nas escolas ou nos domicílios.

Nos trabalhos acadêmicos há vieses políticos e pedagógicos. Atualmente, os estudos enfatizam a opinião do professor ou de políticos a respeito da interação entre tecnologias digitais e alunos das escolas públicas, pouco trabalhos investigam a opinião do aluno sobre essa interação, assim justifica-se a realização dessa pesquisa. O principal objetivo desse trabalho é investigar como os alunos, regularmente matriculados em escolas públicas, veem a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no apoio da aprendizagem.

Para construção dessa investigação, o conceito de inclusão digital utilizado é uma compilação proposta por de Löbler *et al.* (2011), que considera o processo de inclusão digital dinâmico, o qual por meio de TICs torna possível a apropriação do conhecimento sobre tecnologia de informação e comunicação, para que o indivíduo possa desenvolver e aperfeiçoar habilidades capazes de propiciar autonomia sobre as ferramentas digitais e utilização crítica das mesmas. É imprescindível, também, que o processo de inclusão digital possibilite o aprimoramento da interação, ou seja, atualização do conhecimento (LÖBLER *et al.*, 2011). Este trabalho está estruturado em mais cinco seções, além da introdução: na seção dois aborda-se o referencial teórico que balizou a realização deste estudo. Na seção três é apresentado o método que possibilitou a operacionalização da pesquisa. A seção quatro apresenta os resultados alinhados com os objetivos propostos. Por fim, construiu-se as considerações finais.

2. A Inclusão das Novas Tecnologias Digitais no Ensino Público

As muitas transformações sociais protagonizadas pelas tecnologias de informação caracterizam-se por sucessivas revoluções tecnológicas que somente são evidenciadas após naturalizadas, ou seja, depois de provocada uma reconfiguração na sociedade (SILVEIRA, 2001). Para Muraro (2009), o século XX assistiu e o XXI está assistindo a mais fantástica revolução histórica da humanidade, que não se trata de uma revolução política, social ou econômica, mas sim uma *revolução humana*, em sua totalidade, centrada no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. De acordo com Castells e Cardoso (2005), as referidas tecnologias surgiram nos anos 60 e se difundiram de forma desigual pelo mundo todo.

Essas diferentes formas de difusão das tecnologias digitais apresentam relação muito tênue com aos diferentes estágios de desenvolvimento global e têm como consequências expressões de avanços e limites da questão social. Por um lado, o mundo globalizado possui tecnologia para a melhoria das condições de vida da humanidade; por outro, dois terços da população mundial vivem em situação de pobreza com elevado número de mortes de crianças por desnutrição e doenças evitáveis (FERRARINI, 2007). Para Gimenes (2008), os avanços tecnológicos vividos e consentidos conduzem a humanidade à persistência e ao alargamento de defasagens dentro das nações, tanto em países periféricos quanto centrais.

As desigualdades sociais tem sua expressão acerca da disseminação das tecnologias digitais no que tange ao limite de acesso. De acordo com o entendimento de Cubillos e Silva (2009), as diferentes formas de acesso as tecnologias digitais ocorrem devido ao alto preço que o mercado cobra pelas TICs, ou seja, grande parte da população que não pode pagar pelo acesso constitui uma massa de excluídos. No que se refere à familiaridade, Silveira (2005) e Madon *et al.* (2009) afirmam que diferentes níveis de conhecimento sobre as TICs pode ocorrer devido a capacidade de incorporações dos benefícios tecnológicos, resultantes de questões sociais, políticas, institucionais e cultural. Nesse sentido, Brasil (2000) postula que os diferentes níveis de acesso e familiaridade quanto as TICs é um dos maiores desafios que o mundo vem enfrentando, já que a exclusão digital pode aumentar a distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Madon *et al.* (2009) corrobora ao afirmar que o problema da divisão digital se encontra principalmente nos países em desenvolvimento onde um grande número de pessoas não tem acesso a tecnologias nem a uma educação que desenvolva a capacidade cognitiva para promover o uso efetivo de TICs.

Dedicando atenção ao Brasil acerca de acesso as TICs, por parte da população em geral, destaca-se os estudos de Batista (2006) e Young (2006), onde afirmam a parcela menos favorecida da população e os idosos foram considerados, inicialmente, como excluídos digitais e, em seguida, expostos ao acesso obrigatório a caixas eletrônicos, devido às políticas sociais como o Bolsa-Família e os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além da urna eletrônica. Quanto a celulares, *paggers*, *palms*, *notebooks* e o crescente uso da internet como meio de comunicação e aprendizado (FERNANDES e ROSS, 2006; SPINELLO E TEIXEIRA, 2008), compartilha-se do entendimento de Fernandes e Ross (2006) e Moraes *et al.* (2009), que afirmam que esse cenário surgiu a partir de sinais da expansão e imposição de ditames do mercado digital. Segundo contribuições de Moraes *et al.* (2009) e Ferro *et al.* (2011), o processo de inclusão digital é o caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Conforme o entendimento de Freire (2006), a expressão “inclusão digital” tem um significado bastante complexo na conjuntura atual. Para Young (2006), inclusão digital significa capacitar indivíduos para uso efetivo de recursos tecnológicos, com o objetivo de desenvolvimento individual e coletivo, econômico e político. Pinho *et al.* (2008) utiliza-se da expressão “apropriação do conhecimento” sobre as tecnologias de informação e comunicação para definir inclusão digital. Apropriar-se das tecnologias significa desenvolver e aperfeiçoar habilidades que vão de tarefas básicas, como escrever uma mensagem ou reconhecer um *spam*, a atividades complexas, como pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços ou produzir um vídeo digital e transmiti-lo via *web* (PINHO *et al.*, 2008).

De acordo com Cusin e Vidotti (2009), inclusão digital trata de propiciar fluência tecnológica e utilização crítica das ferramentas digitais, com o objetivo de alavancar a aprendizagem significativa, autônoma e contínua, além de mobilizar o exercício da cidadania e oportunizar a produção de conhecimentos necessários à melhoria das condições de vida das pessoas e da sociedade. Martins e Lucas (2009) trouxeram uma concepção de inclusão digital que tratou da capacidade de utilização de equipamentos eletrônicos a fim de acessar e manejar informações em ambiente eletrônico. Essa concepção foca no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos puramente mecânicos, basicamente voltados ao entendimento do funcionamento de *hardware*, *software* e aplicativos. Para Ferro *et al.* (2011) a inclusão digital deve proporcionar a habilidade para usar as TICs de forma eficaz, ou seja, tem como responsabilidade proporcionar desenvolvimento das competências técnicas (habilidades necessárias para operar *hardware* e *software*) e educacionais (habilidades necessárias para a compreensão da informação).

Nesse sentido, Silva *et al.*, (2005) e Young (2006) compararam o processo de inclusão digital com o de alfabetização, concluindo que, atualmente, a apropriação de conhecimentos sobre as TICs é tão importante quanto aprender a ler, escrever e interpretar. Para Young (2006), o processo de agregação de conhecimentos digitais é individual, e para que esse seja efetivo é necessário que haja construção colaborativa e cooperativa, mediado por instrumentos que possibilitem o acesso ao ambiente digital e o uso das TICs.

Na construção deste artigo foi considerado como conceito de inclusão digital, uma compilação proposta por de Löbler *et al.* (2011), que considera o processo de inclusão digital dinâmico, o qual por meio de TICs torna possível a apropriação do conhecimento sobre tecnologia de informação e comunicação, para que o indivíduo possa desenvolver e aperfeiçoar habilidades capazes de propiciar autonomia sobre as ferramentas digitais e utilização crítica das mesmas. É imprescindível, também, que o processo de inclusão digital possibilite o aprimoramento da interação, ou seja, atualização do conhecimento (LÖBLER *et al.*, 2011).

A fim de atuar sobre o espaço social de exclusão que atualmente se configura na busca pelo bem-estar social, o Estado estabelece estratégias, denominadas de políticas públicas. As Políticas Públicas são consideradas programas de ação governamental, que visam a solucionar problemas de cunho social, podendo ser executadas por órgãos governamentais ou organizações do terceiro setor, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações, etc. (DIAS; MATOS, 2012). No Brasil, o processo de amenização das disparidades existentes entre incluídos e excluídos digitais ocorre por meio das políticas públicas (MENEZES, 2006; BOLZAN; OLIVEIRA; LÖBLER, 2013), a esse processo dá-se o nome de inclusão digital.

As políticas públicas nacionais de inclusão digital se configuram de diferentes formas. Quando àquelas propostas pela esfera pública, pode-se citar, resumidamente, os telecentros¹ e telecentros educativos, onde há acesso gratuito a computadores conectados a internet e (em alguns casos) há aulas de informática; as políticas públicas de subsídios, que facilitam a aquisição de computadores pela população e; a interação entre TICs e educação pública, esta segundo Menezes (2006), ainda apresenta inúmeros obstáculos para expansão e efetividade. Até 2013, o Governo Federal elaborou mais de vinte programas de inclusão digital (informações retiradas do site Portal da Inclusão Digital do Governo Federal). No que se refere às Organizações Não-Governamentais (ONGs), geralmente, propõem acesso gratuito a computadores conectados a internet e aulas de informática.

No que se refere a interação de alunos de escola pública e TICs, de acordo com o entendimento de Menezes (2006) a educação mostra a tendência de abandonar a preparação apenas técnica dos alunos (prática instrucionista), voltando-se a formação de alunos com valores, criatividade e autonomia (abordagem construtivista), destacando que os avanços tecnológicos e seu impacto no desenvolvimento humano afetam o modo de ensinar e aprender o mundo, ocorrendo assim uma (re)significação das práticas educativas. A autora afirma que a utilização de tecnologias digitais na educação deve ser tratada como uma importante ferramenta de aprendizagem e também como desafio para os alunos.

No que se refere ao investimento público em TICs, para equipar as escolas, Gimenes (2008) entende que isso contribui para a familiarização dos alunos com as ferramentas digitais, possibilitando que ao longo do tempo, o aluno se aproprie de tais conhecimentos sobre as tecnologias de informação e comunicação, além de ser uma das mais efetivas formas de combater o apartheid tecnológico. Isso implica em vencer barreiras físicas, culturais, educacionais e até mesmo, em alguns casos, psicológicas (FERNANDES e ROSS, 2006). Segundo Carvalho (2009), muitas escolas já disponibilizam aparelhos como televisores, DVD players, rádio e computadores com acesso à internet. Ainda cabe acrescentar que o contexto brasileiro de inclusão digital apresenta uma íntima relação com o Software não-proprietário, pois devido ao Decreto de 29 de Outubro de 2003, que institucionalizou Comitês Técnicos do Comitê Executivo do Governo Eletrônico de outras providências, tais como o Comitê de migração para Software não-proprietário em seus órgãos e o Comitê para realização de projetos de Inclusão Digital (BRASIL, 2003).

3. Método do Estudo

Os dados para esse artigo foram coletados por meio de questionários, aplicados ao educandos de um curso de idiomas, oferecido gratuitamente pelo programa PRONATEC, do Governo Federal, e executado pelas escolas do Sistema S². Os educandos, que desse curso participavam, deveriam estar regularmente matriculados no ensino médio em escolas públicas do município escolhido para a realização da pesquisa.

A escolha desse público se deu pela possibilidade de acesso a TICs que esses adolescentes teriam na escola e no curso, possibilitando uma potencial comparação entre as tecnologias e o acesso proporcionado com finalidades educativas. Dessa forma, entende-se que o número de entrevistados é representativo, uma vez que a população era de 120 alunos e foram pesquisados 83 indivíduos.

A construção do questionário aplicado foi com base no instrumento construído e utilizado no estudo de Menezes (2012) e Rossi (2009). No respectivo instrumento de pesquisa foram inseridas algumas questões que os autores desse estudo julgavam relevantes com base na literatura previamente conhecido e estudos empíricos, em profundidade desenvolvidos. Os referidos estudos foram Bolzan (2013), Bolzan; Kich; Floeres, Gromman; Löbler (2012) e Bolzan; Gomes; Reis; Löbler (2012). Assim, esta pesquisa se caracteriza por ser um estudo quantitativo, que de acordo com Hair Jr. *et al.* (2007), compreendem técnicas de classificações objetivas e descritivas dos dados. Quanto à natureza, classifica-se como exploratória, visto que é orientado para a descoberta de novas relações (HAIR Jr. *et al.*, 2007).

Participaram dessa pesquisa 83 jovens, com idades entre 14 e 20 anos, todos estudantes de ensino médio, de escola pública. Destaca-se que os jovens não estudavam na mesma escola, apenas compartilhavam do mesmo curso extracurricular público. Cinquenta e sete (57) educandos do gênero feminino e vinte e cinco (25) do masculino. Dos respondentes, 95% ou seja, 78 respondentes afirmaram que na escola onde estudam ocorre o uso de TIC no processo de ensino. Quanto ao acesso as TIC, 92% tinha acesso na casa onde residiam, 63% na escola pública onde cursavam o ensino médio, 13% na casa dos familiares e 8% utilizavam telecentros e cybers para acessar TIC.

4. A Percepção dos Alunos a respeito da Inclusão de Tecnologias Digitais no Ensino Público

As questões propostas aos respondentes buscavam conhecer a opinião educandos sobre a utilização das TIC nas escolas públicas. Inicialmente, é importante destacar que todos os respondentes consideram importante a utilização das TIC na escola, pois a utilização dessas potencializaria sua aprendizagem. Dos respondentes, 80% acreditam que quando utilizam as TIC sua compreensão do conteúdo é melhor e 88% concordaram que quando a professora utiliza TIC para apresentar um conteúdo a compreensão do conteúdo se dá mais facilmente. Essas respostas são corroboradas pela compreensão de Menezes (2006) e Bolzan; Gomes; Reis; Löbler (2012) no que se refere a utilização de TIC no ensino, pois indiferente da disciplina, o objetivo da interação entre TIC e alunos é potencializar o aprendizado.

Na busca por compreender o motivo da interação facilitar o aprendizado, as questões elencaram duas hipóteses que se confirmaram por meio das respostas. Os educandos foram questionados se a interação com as TIC melhorava a concentração, cerca de 66% das respostas indicaram como válida a melhora da concentração, resultado que também foi encontrado na pesquisa de Menezes (2012). Questionados também acerca da motivação, 91% dos educandos indicaram que sua motivação para o aprendizado aumenta quando o professor utiliza TIC. O resultado de contribuição significativa no que se refere aos índices de motivação, e portanto, empenho na aprendizagem também foram evidenciados nos estudos de Menezes (2006), Bolzan, Gomes, Reis e Löbler (2012) e Menezes (2012).

Uma das questões dirigia os sujeitos da pesquisa a uma visão crítica a respeito da utilização das TIC no ensino, perguntando-lhes como consideravam o aproveitamento acerca da utilização das TIC nas suas respectivas escolas, 52% acreditaram ser bem aproveitadas, 26% consideram ter excelente aproveitamento e 22% aproveitamento razoável. Convergente a isso, 91% dos respondentes acreditavam que o professor deveria utilizar mais as TIC para das suas aulas, resultado também encontrado nos estudos de Menezes (2006), Bolzan, Gomes, Reis e Löbler (2012) e Menezes

(2012). Em seguida, o questionário levou a resposta (85% e respostas afirmativas) de que a utilização das TIC facilita a exposição dos conteúdos. Nesse sentido, em questões abertas colocadas no questionário foram encontradas afirmativas que reforçavam esse indicador quantitativo, a exemplo: “A minha escola possui TICs, mas pouco são usadas, acredito que se elas fossem mais utilizadas os alunos poderiam ter conhecimento maior”; “As TIC ajudam no aprendizado e não deixam a aula se tornar cansativa e monótona, por isso acho que elas deveriam ser mais usadas”.

De acordo com os educandos, a utilização das TIC nas escolas ocorrem pouquíssimas vezes e se dá, principalmente, quando há apresentações de trabalhos, necessidade de realizar pesquisas, ou quando é necessário assistir um vídeo. As respostas das questões abertas podem levar a pesquisa a resultados de porque isso acontece. Algumas afirmações que permitem relação com o tratado serão transcritas a seguir: “no uso do Datashow, falta preparo para o manuseio e faltam computadores também”; “os computadores e a internet são lentos, é horrível”; “não são muitos computadores e às vezes temos que dividir a sala com o técnico de contabilidade da escola”; “falta preparo dos professores, eles não sabem como usar o computador”.

Esses dados denotam uma precariedade acerca da interação entre TIC e alunos de escola pública, corroborando o que já foi postulado por Menezes (2006) e conformado empiricamente nos estudos de Bolzan, Gomes, Reis e Löbler (2012), essa política pública ainda apresenta inúmeros obstáculos para expansão e efetividade. Da mesma forma como em Bolzan, Gomes, Reis e Löbler (2012), as salas destinadas a interação entre TIC e alunos necessita de adequação quanto a infraestrutura. Assim como, os recursos digitais utilizados, que também requerem esforços a fim de empreender melhorias para utilização efetiva.

Ainda cabe acrescentar a influência positiva que a interação com as TIC tem proporcionado ao relacionamento entre aluno e professor e entre alunos, 81% das respostas apontaram impacto positivo no relacionamento entre alunos e professores e 65% impacto positivo no relacionamento entre alunos. Em uma das respostas às questões abertas, uma afirmativa corrobora com o índice: “a interação com o computador ajuda na motivação dos alunos, porque sai da rotina de escrita no quadro e melhora a interação da gente com o professor”.

A pesquisa também mostrou que os educandos estão satisfeitos com os conhecimentos que tem sobre tecnologias digitais, cerca de 98% dos pesquisados ter conhecimento a respeito do que precisam e por isso estarem satisfeitos. As respostas também mostraram que a utilização das TIC não se dá por influencia de amigos e que a maioria dos pesquisados não acredita que a inclusão digital seja um fator decisivo para a conquista de um bom emprego. Acerca da interação com as TIC na escola, 80% se sente satisfeito, principalmente, porque é um dos poucos lugares onde pode acessar. Isso justifica o porquê 47% acessam redes sociais na escola.

5. Conclusão

Este trabalho mostrou a opinião de alunos, regularmente matriculados em escolas públicas, a respeito da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação no apoio da aprendizagem. Os educandos, satisfeitos com o conhecimento que tem sobre as TIC, acreditam ser importante que essas sejam utilizadas com a intenção de potencializar o aprendizado, uma vez que, segundo a opinião dos pesquisados, a interação com as TIC os deixam mais motivados a aprender, os mantem concentrados

por mais tempo e melhoram a relação entre alunos e entre alunos e professores, a tornando-os mais próximos um do outro.

É possível, com os resultados, considerar que a iniciativa de interação entre as TIC e os alunos em escolas públicas é positiva na visão dos alunos, assim como na visão dos professores e políticos proponentes. No entanto, é necessário evidenciar problemas acerca dos recursos tecnológicos disponibilizados para a interação e os problemas de infraestrutura, que foram elencados pelos educandos que participaram da pesquisa, tais como as salas improvisadas, ocupadas simultaneamente por profissionais da escola, problemas com computadores, quantidade de computadores insuficiente e problemas acerca da formação continuada dos professores a respeito das tecnologias oferecidas para interação com os alunos.

De acordo com os alunos os problemas que limitam a interação, por consequência, prejudicam ou não potencializam o aprendizado como poderiam. Os mesmos problemas acerca dos recursos tecnológicos na educação foram evidenciados nos estudos de Menezes (2006), Marcon (2010) e Bolzan, Gomes, Reis e Löbler (2012), resultados acerca das perspectivas de melhorias não foram evidenciados. Assim, como principal contribuição desse trabalho é mostrar a opinião dos alunos quanto ao uso das TIC no ensino e da limitação na aprendizagem, apontada pelos mesmos, quando ocorre algum impedimento nesse uso.

¹Telecentros são locais onde existem instalações que prestam serviços de comunicação eletrônicas para camadas menos favorecidas, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos ou mesmo em áreas mais distantes (TAKAHASHI, 2000).

² Participam do Sistema S: SENAI, SENAC, SESC e SESI.

Bibliografia:

BATISTA, S. G. A inclusão digital: programas governamentais e o profissional da informação – reflexões. Brasília. **Inclusão Social**, v.1, n. 2. p. 23-30. 2006.

BETTEGA, M. H. S. **Educação Continuada na Era Digital**. São Paulo: Cortez, 2004. 99p.

BOLZAN, L. M. **Processos de Inclusão Digital: Um Estudo Etnográfico. 2012. 202f. Dissertação (Mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

BOLZAN, L. M; GOMES, T. C.; REIS, E. dos; LÖBLER, M. L. Interação entre Tecnologias Digitais e Alunos nas Escolas Públicas. In: Seminário de Inclusão Digital. Passo Fundo/RS. 2012.

BOLZAN, L. M; KICH, T. G.; FLORES, S. A. GROMMAN, M. Z.; LÖBLER, M. L. Inclusão Digital: Avaliação dos Impactos Proporcionados por um Programa de Inclusão Digital da Região Central do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS. 2012.

BOLZAN, L. M.; OLIVEIRA, J. S.; LÖBLER, M. L. Efeitos Sociais e Afetivos das Políticas Públicas de Inclusão Digital: Etnografando-se uma Organização Não Governamental. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria. No prelo.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde**. Tadao Takahashi – organizador. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, Setembro 2000.

BRASIL. Decreto de 29 de outubro de 2003. Institui Comitês Técnicos do Comitê

Executivo do Governo Eletrônico e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.inclusaodigital.gov.br/arquivos/outros/documentos-gerais-referencias/decreto_criacao_comites_tecnicos.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2011. CARVALHO, O. B. M. Os “incluídos digitais” são “incluídos sociais”? Estado, mercado e a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. Rio de Janeiro. **Liinc em Revista**, v.5, n.1, p.19 – 31. 2009.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. 439p.

CUBILLOS, D. A. C. V.; SILVA, A. S. C. Inclusão Digital: Sistemas de Engrenagens. Rio de Janeiro. **Liinc em Revista**, v.5, n. 1. p. 32 – 44. 2009.

CUSIN, C. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. Inclusão Digital via Acessibilidade Web. Rio de Janeiro. **Liinc em Revista**, v.5, n.1. p. 45 – 65. 2009.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo, Editora Atlas, 2012. 252p.

FERNANDES, J. M.; ROSS, S. D. Pequenas Ilhas de Inclusão em um Oceano de Exclusão Digital: Uma Análise da População Brasileira com Acesso à Internet ao longo do tempo, espaço e *status* socioeconômico. In: II Encontro Nacional de administração Pública e Governança, 2, 2006, Salvador. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=167&cod_evento_edicao=21&cod_edicao_trabalho=6592

FERRARINI, A. V. **Pobreza: A possibilidade de construção de política**. 2007. 196f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERRO, E.; HELBIG, N. C. e GARCIA, J. R.G. The role of IT literacy in defining digital divide policy needs. **Government Information Quarterly**. n.28, p.3–10. 2011

FREIRE, I. M. Janelas da Cultura Local: Abrindo Oportunidades para Inclusão Digital de Comunidades. **Brasília. Ciências da Informação**, v.35, n. 3. p. 227-235. 2006.

GIMENES, S. C. **A avaliação de uma política pública de inclusão digital: os telecentros comunitários de Porto Alegre**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HAIR, J. F. P. J.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SOMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 2006. 471p.

LÖBLER, M. L., BOLZAN, L. M., KUBOTA, F. I., FLORES, S. A. M., KICH, T. G. F., Inclusão Digital: Mapeamento de publicações sobre o tema, na área de Administração. Rio Grande do Sul. **Revista de Novas Tecnologias na Educação**, v.8, n.3. 2011.

MADON, S.; REINHARD, N.; ROODE, D.; WALSHAM, G. Digital Inclusion Projects in Developing Countries: Processes of Institutionalization. **Information Technology for Development**. v.15, n.2, p.95-107, 2009.

MARCON, K. Na outra ponta da rede: O interesse dos alunos por projetos de inclusão digital. Rio Grande do Sul. **Revista de Novas Tecnologias na Educação**, v.10, n.2. 2011.

- MARTINS, T. S.; LUCAS, E. R. O. Os Programas de Inclusão Digital do Governo Federal sob a óptica da Competência Informacional. Rio de Janeiro. **Liinc em Revista**, v.5, n.1. 2009. p. 82 - 99.
- MENEZES, E. C. P. **Informática e Educação Inclusiva: Discutindo Limites e Possibilidades**. Santa Maria: Editora UFSM, 2006. 130p.
- MENEZES, N. C. P. Motivação de alunos com e sem utilização das TIC em sala de aula. 2012. Dissertação (Mestrado em TIC na Educação) – Mestrado em Inovação Ciência e Tecnologia, Universidade Porticalense. 2012.
- MORAES, I. H. S.; LUCIANA, V. VASCONCELLOS. M. M.; SANTOS, S. R. F. R. Inclusão Digital e Conselheiros de Saúde: Uma Política para a Redução da Desigualdade Social no Brasil. Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n. 3. p. 879-888. 2009.
- MURARO, R. M. **Os avanços tecnológicos e o futuro da humanidade: Querendo ser Deus?** Petrópolis: Editora Vozes, 2009. 360p.
- PASSERINO, L. M. Indicadores de Inclusão Digital: Uma Análise dos Multiletramentos Propiciados em Redes Sociais online a partir da Ótica do Posicionamento. **QUAESTIO**, Sorocaba, SP, v. 13, n. 2, p. 7-32, nov. 2011.
- PINHO, F. R.; OLIVEIRA, D. M.; XIMENES, P. K. M.; ROCHA, M. C. L.; ANDRADE, R. J. C. Empreendedorismo Social com Inclusão Digital: O Caso Pirambu Digital. In: **XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, 25, 2008, Brasília, Anais: XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=404&cod_evento_edicao=40&cod_edicao_trabalho=9635.
- RIBEIRO, R. S. **Educação on-line: uma investigação acerca do uso da metodologia Moodle no curso de especialização em educação a distância do SENAC do Maranhão**. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- ROSSI, M. A Avaliação do Nível de Satisfação dos Acadêmicos com o uso de Tecnologias na Prática Pedagógica dos Docentes. 2009. 74f. Monografia (Pós-Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior) - Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). 2009.
- SILVA, H.; JAMBEIRO, O.; LIMA, J.; BRANDÃO, M. A. Inclusão Digital e Educação para a Competência Informacional: Uma Questão de Ética e Cidadania. **Brasília. Ciência da Informação**, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005
- SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 48p
- SILVEIRA, E. A. da. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 45p.
- SPINELLO, S. e TEIXEIRA, A. C. Medindo a interatividade em um ambiente de autoria hipermédia: qualificando processos de inclusão digital. Rio Grande do Sul. **Revista de Novas Tecnologias na Educação**. v. 6, n. 1, Julho, 2008.
- YOUNG, R. A Inclusão Digital e as Metas do Milênio. Brasília. **Inclusão Social**, v. 1, n. 2, p. 96-99, abr./set. 2006.